INFO...

ADUFUBH

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE
Nº 51 – 22/04/86

OS SALÁRIOS COMPARADOS

A implementação do novo Plano de Cargos e Salários das universidades federais em regime de fundação colocou o salário de seus docentes num patamar superior aos dos docentes das autarquias. A diferença varia de 10,99% (Adjunto 4) até o máximo de 50,6% (Auxiliar 2). Veja no quadro as diferenças salariais por categoria.

A partir da implantação da isonomia salarial nas fundações, concretizaram-se as condições para sua extensão às autarquias. Para a conquista da isonomia, é necessário que o movimento docente promova uma ampla discussão que tenha como finalidade a elaboração de um plano de carreira e salários, que deverá ser apresentado ao MEC.

A proposta de carreira única formulada pelas fundações é semelhante à carreira das autarquias. É justo, portanto, que nossos salários sejam iguais aos delas.

QUADRO COMPARATIVO DE SALÁRIOS* ENTRE IES FUNDACIONAIS E AUTÁRQUICAS

CATEGORIA	FUNDAÇÕES Salário Atual (Cz$)	AUTARQUIAS Salário Atual (Cz$)	DIFERENÇA (%)
TITULAR	17.654,68	15.641,81	12,87
ADJUNTO 4	15.782,21	14.219,82	10,99
ADJUNTO 3	15.217,64	13.660,42	11,40
ADJUNTO 2	14.673,27	13.006,36	12,82
ADJUNTO 1	14.148,36	12.283,46	15,18
ASSISTENTE 4	13.642,25	11.496,02	18,67
ASSISTENTE 3	13.084,83	10.670,30	22,63
ASSISTENTE 2	12.550,40	9.841,18	27,53
ASSISTENTE 1	12.037,72	9.019,47	33,46
AUXILIAR 4	11.545,96	8.235,30	40,2
AUXILIAR 3	10.996,15	7.531,83	46,0
AUXILIAR 2	10.472,52	6.953,67	50,6
AUXILIAR 1	9.973,82	6.648,48	50,0

*Nota: *Salários de professores em TI-DE*

A HORA E A VEZ DA ISONOMIA

Depois de quase dois meses de greve nacional, iniciada em agosto passado, as dezesseis universidades federais em regime de fundação conseguiram do MEC o compromisso de implantação de um plano de cargos e salários unificado. A portaria do MEC contendo as diretrizes para a elaboração do plano foi publicada em 24 de setembro.

Na fase de negociação do novo plano, o MEC tentou recuar do compromisso de tomar por base os maiores salários. Em nota publicada no jornal "Folha de S. Paulo" (20.12.85), a ANDES denunciava o rompimento do compromisso. O plano apresentado pelo Ministério, além de não respeitar o critério dos maiores salários, rebaixava os professores na carreira, e reduziria drasticamente os salários de janeiro. Com a denúncia, o MEC tornou a acatar o acordo anterior e o Plano de Cargos e Salários finalmente submetido à Comissão Interministerial de Salários das Estatais (Cise) e aprovado em fevereiro deste ano, com sua implementação retroagindo a 1º de janeiro.

AUTARQUIAS E ISONOMIA

As universidades autárquicas paralisaram suas atividades, em 28 de novembro passado, para realizar o "Dia Nacional de Luta pela Isonomia Salarial e por mais Verbas para a Universidade". A possibilidade de luta pela isonomia – antiga bandeira do movimento docente – foi aberta com a perspectiva da unificação dos cargos e salários das fundações.

Em encontro com o Ministro da Educação, em 21 de novembro, a ANDES indagou sobre a implementação da isonomia entre autarquias e fundações. Embora concordasse "em tese" com a reivindicação, o então Ministro Marco Maciel ponderou sobre dificuldades de ordem jurídica e de data-base. A ANDES propôs que a questão fosse discutida por uma comissão paritária composta pelo MEC, FASUBRA e a própria ANDES. Marco Maciel solicitou à SESu que apresentasse uma proposta para viabilizar esse procedimento. Na audiência seguinte, o Ministro admitiu iniciar estudos concretos a respeito da isonomia, assim que estivesse concluído o PCS das fundações e concordou em ouvir a ANDES e a FASUBRA.

O atual Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, também já disse que considera a isonomia entre autarquias e fundações uma questão de justiça e que o MEC assumirá a defesa dessa tese junto ao Governo. No entanto, Bornhausen tem condicionado a resposta à reivindicação da isonomia ao resultado de um estudo sobre o impacto financeiro no orçamento do Ministério. Para ele, esse estudo só poderá ser realizado após a efetiva implantação do PCS, em todas as fundações, o que ainda não ocorreu em quatro delas.

A proposta defendida pela ANDES e pela FASUBRA é a de **imediata** implantação da isonomia nas autarquias, independente de qualquer estudo. A comissão paritária proposta pela ANDES teria como função promover a adequação da carreira funcional das autarquias à das fundações. O Ministro Bornhausen considerou "desnecessária" a formação da comissão.

Às demonstrações do Ministério de protelar ao máximo a solução do problema da isonomia, notadas nas audiências, cabe ao movimento docente dar vigorosa resposta. É evidente que somente a pressão levará as autarquias à conquista da isonomia.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES

Dia 25/04 – Sexta-feira – 9h30m – Auditório da Reitoria

PAUTA

Paralisação nos dias 6 e 7 de maio.

Campanha pela Isonomia Salarial e Verbas

A QUESTÃO DAS VERBAS

Enfatizando que o movimento docente de forma nenhuma admitirá o descumprimento da Emenda Calmon, a ANDES levou ao Ministro Bornhausen a preocupação dos docentes com relação aos cortes de verba que o orçamento do MEC possa sofrer, acarretando drásticas conseqüências para o funcionamento das IES. O Ministro havia afirmado anteriormente que não haveria suplementação de verbas para este ano. No entanto, já admitiu a necessidade de se rever a medida. A previsão orçamentária para as universidades federais, da ordem de Cz$1,2 bilhões, é claramente insuficiente para o funcionamento das instituições.

O Ministro da Educação confirmou que o corte de 30% determinado para todo o orçamento da União, afetará o seu Ministério. Para a revisão do orçamento destinado às IES, o Ministro afirmou que as universidades serão chamadas ao MEC para estudo de caso por caso.

PEQUENO HISTÓRICO DAS VERBAS

No 4º Congresso da ANDES, foi deliberada a constituição de comissão formada por representantes de cinco ADs e um da diretoria da entidade para "estabelecer um quantitativo que materializasse a reivindicação de suplementação de verbas de outros custeios e capital (OCC) para as IES públicas no decorrer de 1985". Caberia também à comissão rever a reivindicação de que as verbas de OCC para 1985 devessem atingir o valor real das verbas para 1981, tese defendida pelo CRUB e incorporada pelo movimento docente.

Com base na análise da evolução orçamentária de 1972-1984, a comissão constatou que embora o exercício de 1982 tenha sido "o melhor ano da série, em



termos de volume total de recursos destinados às IES Federais", o exercício de 1973 foi o que destinou maior fatia do bolo dos recursos orçamentários para "outros custeios e capital" (26,35%). Nos anos que se seguiram, as despesas de OCC sofreram uma redução no orçamento total, aumentando-se a participação das despesas de pessoal e encargos sociais na composição do orçamento, que chegaram a somar quase 92% do total do orçamento em 1983, cabendo aos OCC 9,08%.

Com base neste estudo, a ANDES reivindicava em novembro passado ao MEC a suplementação de Cr$1.87 trilhões para retorno aos níveis de 1973 e Cr$927 bilhões para a recuperação do pleno funcionamento das IES (audiência de 21.11.85 com o ministro Marco Maciel). Na mesma audiência, reivindicava a dotação de Cr$5.56 trilhões para OCC, no orçamento de 1986, e Cr$2.22 trilhões para recuperação do pleno funcionamento das IES. O MEC destinou para as IES federais, para o exercício de 1986, os já sabidos Cr$1,2 trilhões.

À luta pela isonomia deverá somar-se também a exigência do cumprimento da Emenda Calmon e a da recuperação financeira da universidade pública brasileira.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES

Dia 25/04 — Sexta-feira — 9h30m — Auditório da Reitoria

PAUTA

Paralisação nos dias 6 e 7 de maio

Campanha pela Isonomia Salarial e Verbas

DESTAQUES NO PLANO DAS FUNDAÇÕES

O Plano de Cargos e Salários aprovado para as fundações contém alguns pontos que merecem destaque:

1) Submete o professor a um dos seguintes regimes de trabalho: I — Regime de Tempo Integral com Dedicação Exclusiva; II — Regime de Tempo Parcial. Extingue, portanto, o regime de 40 horas, preservados os direitos adquiridos.

2) Estabelece que após cada período de sete anos de efetivo exercício na Instituição, o docente fará jus a seis meses de licença, visando seu aprimoramento técnico-profissional, mantidos os salários e demais vantagens. A concessão desse benefício é retroativa ao tempo de efetivo exercício na Instituição.

3) Estabelece gratificação por tempo de serviço correspondente a um por cento por ano de efetivo exercício, concedida a cada cinco anos.

De acordo com a proposta das fundações, caberia ao MEC complementar os proventos da aposentadoria dos docentes, de modo a garantir o vencimento integral, o MEC não aceitou discutir a proposição, argumentando que a matéria era da competência do IAPAS.

SUCESSÃO DOS DIRETORES

Os representantes da APUBH, no **Instituto de Ciências Biológicas,** *não aceitaram a proposta da Congregação daquela unidade, relativa ao processo de sucessão de diretor, conforme foi noticiado no* **Informe APUBH** *de nº 50. Na verdade, não houve manifestação dos representantes, que tencionam convocar uma assembléia de professores para decidir sobre a proposta.*

Também na nota da **Educação Física,** *uma correção: os professores mencionados como candidatos não oficializaram suas candidaturas, mesmo porque as inscrições, até o fechamento desta edição, não estavam abertas.*

ADs DEFINEM CRONOGRAMA DE LUTAS

Reunidos em Brasília, no último dia 6, representantes de 16 ADs das autarquias discutiram a questão do encaminhamento da luta pela isonomia salarial com as fundações e por mais verbas para a universidade.

Para a conquista imediata da isonomia com as fundações, é necessário centralizar a luta do movimento docente das autárquicas, deflagrando campanha pela ISONOMIA E VERBAS JÁ. Essa campanha ressaltará a tríade "trabalho igual, carreira igual, salário igual" e "verbas para a Universidade".

No encontro, foi decidido ainda propor às assembléias de professores uma paralisação nos dias 6 e 7 de maio, que não teria apenas a finalidade de pressionar o MEC no sentido de conquistar a isonomia, mas também a de discutir a reestruturação da Universidade. Proposta idêntica foi formulada pelo Conselho de Representantes da FASUBRA às associações de funcionários. A ASSUFEMG realiza assembléia para discutir a questão no dia 30 de abril.

Em seguida à reunião de Brasília, a ANDES encaminhou ofício ao MEC deixando claro que não aceitará protelação no encaminhamento dessas questões. O Ministro deverá se pronunciar a esse respeito até o final deste mês.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
Endereço: Rua Carangola, 288 - salas 4/5 - Fone: 223-9504.

Redação e Edição:
Francisco Mendes - SJPMG - 2.237

Colaborou nesta edição:
Prof. Fernando Damata Pimentel

Composição
JADA - 224-5474